

# Secretários sabem pouco de educação

*Falta de informação dificulta autonomia municipal e prejudica a criação de um plano de carreira e formação de professores*

Lisandra Paraguassú  
Enviada Especial

**M**ossoró (RN) — Plano de carreira de professores, sistema municipal de ensino, Lei de Diretrizes e Bases de Educação. Nomes e siglas complicadas para a maior parte das pessoas que não trabalham diretamente com educação e — surpresa — para os secretários municipais de Educação também. Exatamente aqueles que precisam compreender mais todos os detalhes das leis, planos e sistemas que necessitam para trabalhar.

A dificuldade dos secretários e dirigentes foi constatada pelo Fundo de Desenvolvimento da Escola (Fundescola) durante o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação (Prasem), um dos poucos treinamentos feitos até hoje no Brasil.

Em um dos últimos encontros do Prasem no Nordeste, realizado em Mossoró (RN), as dificuldades

ficaram evidentes. Na avaliação inicial — um questionário sobre questões técnicas que os secretários completam antes de começar o seminário — 32% das respostas estavam erradas. E foi a segunda edição do treinamento no estado.

A falta de informação não é difícil de compreender. As leis, normas e processos criados em Brasília demoram a alcançar o interior. Há poucos cursos, o material explicativo custa a chegar — quando chega. No Rio Grande do Norte, nem mesmo o *Diário Oficial da União* é recebido pelas prefeituras. E nele são publicadas informações essenciais para os municípios.

## CONCEITO

As principais dúvidas dos secretários são sobre o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), os planos de carreira do magistério e os sistemas de ensino municipais. Este último, um conceito que ainda não

foi assimilado na maioria dos municípios do Nordeste.

“Há muita dificuldade entre os secretários de aceitar que eles podem ter autonomia”, explica Adélia Portela, professora da Universidade Federal da Bahia e uma das consultoras do Prasem.

Se o município adota o Sistema Municipal de Ensino, passa a ser independente do sistema estadual. Um Conselho Municipal de Educação é constituído e o município toma suas próprias decisões. Pode, por exemplo, mudar o sistema de séries nas escolas, sem precisar seguir o que a Secretaria estadual faz, e adaptar o plano pedagógico a suas necessidades.

Apesar das vantagens, poucos municípios pequenos adotaram o sistema. No Rio Grande do Norte, entre mais de 80 prefeituras, apenas três abandonaram a *paternidade* do estado. “As prefeituras passaram a vida tuteladas pelo estado”, diz Marisa Timm Sari, especialista em descentralização na educação. “Falta coragem e clareza sobre a legislação.”

A falta de informações que o Prasem tenta sanar traz outros problemas além da dificuldade de tornar independente a educação no município. A maioria dos municípios no Rio Grande do Norte, por exemplo,

não tem plano de carreira para os professores, uma exigência da lei que criou o Fundef — o fundo que redistribui os recursos dos impostos estaduais e municipais e garante o investimento de pelo menos R\$ 315 por ano por aluno matriculado na escola.

Também há dificuldades para a formação de um plano pedagógico para as escolas e até para a formação de professores leigos, um problema sério em todo o Nordeste. “Há a responsabilidade de resolver essas questões. Com o Fundef, o município passou a receber recursos para isso, mas ainda há muitas dúvidas, principalmente porque agora o gestor tem que cuidar do pedagógico, da parte administrativa e da financeira”, diz Raquel Volpato, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, consultora do Prasem.

Para os secretários, o Prasem é um dos únicos recursos de informação. As oficinas de Mossoró, por exemplo, conseguiram reduzir o percentual de erros para 13% apenas. Mas ficou ainda um outro problema enfrentado pelo programa: muitos dos secretários treinados ali poderão estar fora da secretaria no próximo governo, ou mesmo nos próximos meses.

■ A repórter viajou a convite do Fundescola

